



VIOLÊNCIA

“Desprezo à vida”

Ministro Silvio Almeida e outras autoridades se juntam à revolta contra decisão que absolveu três policiais envolvidos na morte de João Pedro Matos, 14 anos, baleado dentro de casa no Rio de Janeiro

» MAYARA SOUTO

Na semana em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 34 anos, um caso de violência ocorrido no Rio de Janeiro em 2020 mostra como ainda é preciso muito para preservar a vida e o futuro de uma geração de brasileiros.

Em reunião realizada em Brasília para refletir o aniversário do ECA, celebrado amanhã, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, manifestou indignação com a absolvição de três policiais civis envolvidos na morte de João Pedro Matos, de 14 anos.

Na última terça-feira, a juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine, da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo, concluiu não haver “materialidade delitiva” contra os réus e determinou que eles deveriam ser absolvidos.

“É uma coisa escabrosa. É um desprezo tão grande à vida humana, de crianças e adolescentes, de um jovem negro, de periferia, que coisas que são muito raras no direito acontecem, mostrando esse desrespeito. Houve uma absolvição sumária. Isso é raríssimo, não é algo comum”, comentou o ministro Silvio Almeida.

O ministro protestou contra o que considera um caso de impunidade. “É como se o Estado brasileiro estivesse falando assim: ‘Olha, gente, vamos nos livrar desse problema logo?! Deixa essas caras trabalharem em paz, fazer o que eles têm que fazer, foi só um efeito colateral’”, ressaltou.

Na terça-feira, logo após a decisão da juíza, a Anistia Internacional também se manifestou. Em nota, declarou “perplexidade” sobre a decisão judicial. “A absolvição sumária dos policiais envia uma mensagem de que as favelas são territórios de exceção onde qualquer morte provocada pela ação da polícia permanecerá impune”, inicia o texto.

“A família de João Pedro espera há quatro anos por justiça. É inadmissível que, após quase meia década, as autoridades não tenham sido capazes de garantir a responsabilização efetiva de todos os envolvidos nesse grave crime. A absolvição sumária dos agentes denunciados

Tomaz Silva/Agência Brasil



Família e amigos de João Pedro protestaram ontem em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: indignação contra absolvição



A família de João Pedro espera há quatro anos por justiça. É inadmissível que após quase meia década, as autoridades não tenham sido capazes de garantir a responsabilização efetiva de todos os envolvidos nesse grave crime”

Nota da Anistia Internacional

por ‘legítima defesa’ frente ao assassinato de um adolescente desarmado, que brincava dentro de sua casa, reitera a mensagem perigosa de que, no estado do Rio de Janeiro, a narrativa policial pesa mais do que qualquer outra e que a polícia tem legitimidade para matar em qualquer circunstância”, diz ainda a organização internacional.

Segundo testemunhas, João Pedro estava em casa com amigos quando o local foi cercado e fuzilado por agentes policiais. Após a saravada de tiros, um dos amigos de João Pedro teria sido coagido a levar o corpo do adolescente até um helicóptero da polícia. Depois disso, a família ficou 17 horas sem notícias do jovem, até que localizaram o seu corpo no Instituto Médico Legal (IML) no dia seguinte.

Desafios do ECA

Além da violência policial, as autoridades veem os crimes

digitais como uma grave ameaça a crianças e adolescentes. A conclusão é de especialistas reunidos em seminário realizado ontem na sede do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em Brasília, para analisar as conquistas e os desafios do ECA.

“Ainda há muito por fazer, mesmo que o ECA seja uma grande conquista, talvez a maior que a sociedade brasileira tenha tido em relação às políticas para crianças e adolescentes, pelo simples fato de que se trata do reconhecimento de um Estado historicamente violador dos direitos humanos”, declarou Silvio Almeida, ministro da pasta.

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Marina Poniwas comentou o desafio de lidar com o ambiente digital. “(O ECA) é uma ferramenta de grande potencial para a garantia de direitos e inclusão de determinadas categorias da

juventude. Por outro lado, sem o letramento, sem a supervisão, à mercê de dinâmicas mercadológicas, o uso inadequado da internet pode se tornar um meio de adoecimento físico e mental significativo. É por reconhecer este cenário múltiplo que debatemos o uso consciente de telas e dispositivos, a violência no âmbito digital, as desigualdades digitais, a baixa conectividade e a falta de acessibilidade comunicacional”, explicou.

O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudio Vieira da Silva, ressaltou os avanços na legislação em favor de crianças e adolescentes. “Essa legislação propôs, e ainda está nos desafios de hoje, a integração das políticas, a necessária compreensão da incompletude institucional que abarca todas as ações para o desenvolvimento das pessoas e a insistência de que as políticas públicas têm, em sua natureza, um caráter universal”, disse.

SAÚDE PÚBLICA

Agrotóxico volta a ser assunto trabalhista

» HENRIQUE FREGONASSE*

A Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) acolheu recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) e reverteu a decisão de primeira instância que determinava que o processo judicial movido pelo MPT contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelo cancelamento do registro de atrazina — ingrediente ativo presente em 5% dos agrotóxicos comercializados no país — fosse enviado à Justiça Federal. Com a decisão, a Terceira Turma declarou a competência da Justiça do Trabalho e devolveu os autos à primeira instância.

Em outubro de 2023, o MPT requereu na Justiça Trabalhista o cancelamento de registro da atrazina, utilizada como herbicida. O uso também é autorizado na capina química em estradas e sob redes de alta-tensão.

A 7ª Vara do Trabalho de Brasília havia considerado que, apesar das evidências apresentadas pelo MPT dos danos causados pelos agrotóxicos com atrazina ao meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador rural, o caso deveria ser apreciado pela justiça comum porque não decorria apenas de uma relação de trabalho.

O MPT, então, recorreu da decisão, reforçando que o tema atinge direta e primeiramente a vida do trabalhador e o seu meio ambiente de trabalho, o que seriam condições suficientes para confirmar a competência material para apreciação e julgamento dos pedidos pela Justiça do Trabalho.

Para o desembargador relator do caso, Brasilino Santos Ramos, “a proteção do meio ambiente do trabalho é de importância não apenas entre as partes diretamente interessadas — empregado e empregador — mas diz respeito a toda a sociedade”. Ele foi acompanhado pelos desembargadores Pedro Luís Vicentin Foltran, Maria Regina Machado Guimarães e Augusto César Alves de Souza Barreto no entendimento em concordância com o órgão. A desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos foi a única a votar contrariamente à competência da Justiça do Trabalho.

Risco de câncer

O objetivo do processo do MPT contra a Anvisa, em 2023, era inibir a produção, exportação, importação, comercialização e utilização de agrotóxicos com atrazina.

De acordo com o MPT, o princípio ativo foi proibido na União Europeia em 2003, por ter sido encontrado na água em níveis nocivos à saúde. No Brasil, onde ainda é autorizada, a atrazina foi responsável por 5% das vendas de agrotóxicos em 2021, com um total de 37.299 toneladas.

O engenheiro agrônomo e gestor ambiental Carlos Watanabe explica que, apesar dos efeitos positivos para a agricultura — como a diminuição da competição entre cultura e ervas daninhas —, a atrazina traz prejuízos perenes para as saúdes humanas e do meio ambiente.

“Estudos indicam que ela pode causar disfunções hormonais, afetar a fertilidade e aumentar o risco de alguns tipos de câncer. Além disso, pode contaminar o lençol freático, prejudicando ecossistemas aquáticos e a qualidade da água potável”, alertou.

*Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

HOMENAGEM

César Lattes, herói da ciência brasileira

» VITÓRIA TORRES*

Um dos maiores cientistas brasileiros recebeu homenagem de um gigante da tecnologia. O Google fez reverência ontem ao físico César Lattes com um Doodle (desenho) em seu buscador. Se estivesse vivo, Lattes completaria 100 anos na última quinta-feira. Conhecido por seus estudos em física nuclear, ele chegou muito perto de ganhar um Prêmio Nobel. Referência na pesquisa científica brasileira e internacional, o pesquisador dá nome à plataforma de currículos acadêmicos do país.

Aos 23 anos, César Lattes fez uma descoberta que mudaria o curso da física, o Méson Pi ou Píon. Essa partícula explica a estabilidade da matéria. O feito, realizado na década de 1940, colocou Lattes no mapa da ciência mundial e iniciou uma nova era no estudo das partículas elementares.

Nascido em Curitiba, Lattes

graduou-se pela Universidade de São Paulo (USP) em 1943, sendo o único físico de sua turma. Durante a Segunda Guerra Mundial, começou a estudar os raios cósmicos, partículas de alta energia provenientes do espaço. Em suas pesquisas, descobriu que, ao adicionar boro às placas fotográficas, era possível visualizar as partículas se decompondo, permitindo estudar cada próton individualmente. Foi assim que Lattes identificou o píon, uma partícula até então desconhecida.

A descoberta abriu um novo campo de estudos na física das partículas elementares. Lattes é até hoje considerado um dos mais brilhantes físicos brasileiros de sua geração, ao lado de figuras como Mário Schenberg e José Leite Lopes.

Apesar de sua contribuição monumental, Lattes foi injustiçado em 1950, quando o Prêmio Nobel de Física foi concedido a Cecil Frank Powell, seu chefe de laboratório, pelo

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas



Pesquisador (de gravata) integrava a equipe que ganhou o Nobel

desenvolvimento do método fotográfico para estudo de processos nucleares e pelas descobertas relacionadas aos mésons. Segundo a organização do Nobel, até 1960, o prêmio era oferecido

apenas ao chefe da equipe, deixando Lattes sem o devido reconhecimento.

César Lattes morreu em 8 de março de 2005, aos 80 anos, em Campinas, São Paulo, vítima de

uma parada cardíaca. Em sua homenagem, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nomeou o sistema de cadastro de cientistas, pesquisadores e estudantes do Brasil como Plataforma Lattes, que completa 25 anos em 2024.

Ao **Correio**, o CNPq explicou a importância do cientista. “Em 2024, (Lattes) foi incluído no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria. O CNPq elegeu o centenário de nascimento de César Lattes como tema a ser celebrado ao longo de todo o ano de 2024”, informou a instituição, em nota.

O presidente do CNPq, Ricardo Galvão, enfatizou o legado do cientista. “Homenagear César Lattes é enaltecer a ciência brasileira, tanto no que diz respeito ao brilhantismo intelectual de nossos pesquisadores, quanto em relação aos esforços em prol da criação de condições adequadas para a realização da atividade científica no país”, disse.